

16 DEZ 1989

As contas públicas

Ante as expectativas que os candidatos geraram nesta eleição, ergue-se a realidade orçamentária que acaba de ser desenhada: 97% da receita líquida da União para o próximo ano estão vinculados à rubrica de pessoal. Sobram 3% para todo o resto, isto é, para todas as despesas de custeio e para os investimentos. É a falência do Estado brasileiro.

Os candidatos acenam com perspectivas de incremento de receita mediante o combate à sonegação. De fato, em teoria, isto é possível. Estima-se em 54% dos impostos gerados o montante da sonegação fiscal no País, além, naturalmente, daqueles que não são gerados pelas atividades econômicas marginais ao sistema formal da economia. Há um potencial fantástico a ser explorado. A questão, porém, é a de como fazê-lo. A sonegação em nível tão elevado é fruto da falência dos instrumentos do Estado — os materiais, os psicológicos e os morais. Para revertê-los, é preciso reformar o Estado, ou seja, a sonegação cairá à medida em que crescer a eficiência do aparelho público. É a situação típica do gato comendo o rabo.

Como romper-se a interação de causa e efeito, se não há dinheiro para nada, nem mesmo para o aumento do quadro fiscal da Secretaria da Receita? Adicionalmente, alige-nos uma inflação acima do nível tolerável, que incrementa os

gastos financeiros com a dívida pública em 8% do PIB.

É imperioso reformar o Estado para fazê-lo menor, mais ágil e mais eficiente. Esta tarefa transcende à ideologia de qualquer dos dois programas de Governo, a qualquer deles se impõe como ponto de partida para o relançamento das demais políticas. Nada poderá ser feito enquanto a máquina estatal permanecer consumindo a totalidade dos recursos que a sociedade põe à disposição dos serviços públicos. Mas, por outro lado, como reformá-lo se a Constituição, equivocadamente, consagrou a estabilidade dos servidores, gerando direitos que agora estão adquiridos?

É possível que estejamos diante de um dilema ante o qual se apresente como inevitável a hiperinflação induzida: uma emissão maciça de moeda para o resgate total da dívida interna. A questão é saber se disporemos depois de solidez institucional para revertê-la. Uma super-hiperinflação de seis meses poderá desencadear efeitos devastadores sobre o sistema produtivo e o quadro social.

Há dilemas demais pela frente, sem qualquer tática consensual para enfrentá-los. A Nação está confiando em que o novo Presidente, consagrado pelas urnas, encontre a fórmula verdadeiramente miraculosa de desviar-nos da colisão.